

MISKOLCI, R. **Batalhas Morais. Política Identitária Na Esfera Pública Técnico-Mediatizada.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021, 112p.

Ana Carolina Vila Ramos dos Santos¹

Richard Miskolci, neste livro sintético, retoma anos de pesquisa sobre gênero e sexualidade no Brasil e coloca o tema, marginal à episteme da sociologia, no centro do debate intelectual e político. Por meio da análise cuidadosa da interação em redes sociais de grupos à esquerda e à direita do espectro político em torno de questões de gênero e sexualidade, Miskolci demonstra como uma agenda inicialmente marcada pelos valores de reconhecimento e justiça é esvaziada pelo debate moralizante que tem as redes sociais como arena de disputa. A análise compromissada de Miskolci aponta os limites das promessas democratizantes das redes sociais ao demonstrar que fazer política no século XXI guarda uma maior relação com as fogueiras da inquisição do que com a conformação de um ambiente marcado pela racionalidade e respeito à diversidade associado a práticas modernas de se fazer política.

A análise desenhada tem início em 2010 ano no qual “ideologia de gênero” se torna a categoria que movimenta e sintetiza o debate público que ganha novas dinâmicas pelo espaço no qual se dá: as redes sociais tornam-se a arena de disputa política em um movimento muito distante dos valores da racionalidade e dialogia essenciais à democracia. Nas redes sociais, o debate sobre direitos e justiça social, longe de ser eivado pelos valores do reconhecimento e da dignidade humana, é tomado como uma agenda moral e de costumes na qual a luta do bem contra o mal é o motor. “Fundamentalismo religioso” e “redes ativistas identitárias” constituem lados opostos das “batalhas morais” descritas na obra, mas que, apesar das irreconciliáveis diferenças, compartilham uma característica: valores e práticas controversas e conflituosas com relação ao conhecimento produzido nas universidades. O irracionalismo, o anti-intelectualismo e a intolerância percorrem transversalmente o espectro político e promovem uma ambiência de descrédito na ciência com consequências que conhecemos bem em 2020 com pandemia da COVID-19. A grande preocupação do autor é demonstrar que

¹ Doutora em Sociologia e Professora EBT de Sociologia no IFSP, campus São Paulo Pirituba. Contato: carolina.vila@ifsp.edu.br.

nossa incivildade parece ser mais profunda e matizada; assim, não se trata de apontar culpados de um lado ou outro do espectro político, mas demonstrar que há uma ambiência de intolerância e anticientificismo marcada pelo individualismo neoliberal, conceito mobilizado via Wendy Brown, que esgarça o tecido social e volatiliza instituições e valores e toma o indivíduo hiperinflado como medida de todas as coisas.

Fazer e analisar política no século XXI, argumenta Miskolci, não pode estar apartado do olhar cuidadoso sobre internet e, especialmente, das redes sociais. Miskolci sugere um corte histórico associado à ascensão do que ele chama de “esfera técnica midiaticizada”. As redes sociais formam uma nova esfera pública, na qual o pluralismo típico da sociabilidade democrática está submetido a interesses mercadológicos que governam a opacidade da dinâmica algorítmica das redes sociais. “Esfera técnica midiaticizada” associa ao caráter tecnológico da esfera pública (o trabalho de Manuel Castells é uma referência) o fomento a uma cultura da personalidade baseada na visibilidade midiática individualizante e competitiva característica do individualismo neoliberal e que tem as redes sociais como motor propulsor.

A constituição da esfera técnica-midiaticizada é parte da longa história das relações entre indústria cultural e democracias na modernidade, assim longe de sugerir alguma espécie de determinismo tecnológico, o olhar do analista, argumenta o autor, deve se voltar para formas de potencialização de tal processo histórico com consequências importantes para as democracias contemporâneas. Apesar do alerta, entendo que é possível identificar, em várias passagens, que a perspectiva adotada pelo autor aposta no caráter superlativo e no poder irrestrito de determinação das redes sociais na esfera pública. Na página 20, por exemplo, a luta por reconhecimento “passou a se dar dentro do contexto técnico, midiático e comercial [...] que se estende ao *off-line* abarcando-o dentro do mesmo movimento de transformação do eixo de discussão pública das razões [...] para o das emoções”. Ao ler o trecho, perguntei-me se existe mesmo um contínuo entre *online*/virtual e *offline*/real de modo que não existem possibilidades de mediações, tensões ou seletividades produzidas por outras instituições e práticas sociais, como a igreja, a família, as amizades, o trabalho, isto é, o mundo real. Não haveria, no argumento de Miskolci, um olhar enviesado que torna as redes sociais a arena *per se* da produção das subjetividades e do debate político?

A postulação de um corte entre um “antes” e um “depois” provocado pela ascensão das redes sociais (a novidade é tão grande que merece um novo nome, “esfera pública técnica mediatizada”) parece supor que, no momento anterior às redes sociais, o debate político era marcado pela racionalidade e pela dialogia implodida pela conformação de um modo de relação (as redes sociais) marcado pelas emoções e pela experiência identitária que rejeita a diversidade humana. Ernesto Laclau² oferece referências produtivas para refletirmos como a política sempre foi o reino do afeto, da identificação e do jogo das equivalências, de modo que podemos pensar que a agenda moral e de costumes é parte das práticas políticas em democracias modernas, uma prática que, sem sombra de dúvida, se tornou mais belicista no contexto das redes sociais. Assim, entendo que o livro de Miskolci aponta a *consolidação* de uma perspectiva moral sobre questões públicas, as “batalhas morais”, que tem “esfera técnica mediatizada”, em especial as redes sociais, como arena importante de disputa e de conformação de subjetividades, mas não única.

Para a conformação das “batalhas morais”, Miskolci toma como ponto de partida os debates, nas redes sociais, em torno da categoria “ideologia de gênero” por uma aliança de grupos políticos de extrema-direita forjada desde 2013. As Jornadas de Junho de 2013, longe de assinalarem a primavera dos novos tempos, marcaram o fortalecimento da extrema-direita no cenário político pela afinidade entre tais grupos e a gramática das redes sociais marcada pela experiência moralizante da produção de identidades e conformação de grupos. As Jornadas de Junho de 2013, ao consolidarem o papel das redes sociais na formação da opinião pública brasileira, potencializaram o individualismo neoliberal e lançaram as “batalhas morais” como componente central do debate político, argumenta Miskolci. No capítulo 1, são apresentados os protagonistas destas “batalhas morais” nas redes sociais, os “empreendedores morais” e “empreendedores de si da política identitária”. São estes dois exércitos que produzem os conflitos em torno de questões de gênero, sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos que tem as redes sociais como arena. Da perspectiva do autor, a análise do cenário político pós-2013 deve ter como eixo condutor a dinâmica das redes sociais que conformam um espaço público em que o diálogo se torna batalha no qual há aliados e inimigos, vencedores e cancelados,

² LACLAU, Ernesto. *On Populist Reason*. London: Verso, 2017.

“escrachadores” e escrachados. É a partir do debate nas redes sociais que se desenha o modo como a moralidade substituiu a política de modo que até mesmo a distinção clássica entre esquerda e direita parece não fazer muito sentido: direita e esquerda ou “empreendedores morais” e “empreendedores de si da política identitária” compartilham um mesmo campo discursivo no qual “identidade” ou “experiência” dos sujeitos transformam-se em plataformas de competição (p. 32) assentes na economia da atenção característica das redes sociais. Por meio da produção e reprodução incessante de “identidades-perfis”, os empreendedores da esfera técnica midiaticizada prescindem das instituições mediadoras da vida social, como a ciência, a universidade, coletivos, partidos ou movimentos sociais e mobilizam o EU, suas experiências e artimanhas, como a referência do debate público.

Uma preocupação parece mover a obra: o modo como a formação de bolhas nas redes sociais atinge os mediadores sociais, como a universidade, de maneira preocupante. Miskolci adota uma posição clara no texto, a defesa da universidade em sua autonomia crítica “indispensável para que a academia seja um espaço que acolha democraticamente as divergências” (p. 16). O autor reconhece que a porosidade das fronteiras entre movimento social e universidade, no que toca especialmente às questões de gênero e sexualidade, tem causado problemas que precisam ser equacionados. Miskolci trata do anti-intelectualismo presente no debate público e demonstra que não se trata de um mero posicionamento no espectro político, mas da conformação de um “campo discursivo” no qual as práticas são definidas pelas métricas das redes sociais nas quais identificação e afeto deslocam a diferença e a racionalidade do debate público.

Dominique Cardon³ chama atenção para o fato de que a internet foi formulada por jovens questionadores que a projetaram como forma de potencializar encontros e debates num sentido de ampliação da esfera pública e da constituição de uma espécie de contra-poder que prometia uma gramática distinta da indústria cultural na disputa pelo reconhecimento no espaço público. O fato, como demonstra Miskolci, é que tal promessa foi capturada em sua ampliação e conformação como um mercado bilionário de produção de identidades–produtos que se digladiam por atenção; o debate público, argumenta Miskolci, não está pautado pelos

³ CARDON, D. A democracia internet: promessas e limites. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2012.

valores do diálogo e da tolerância à diferença, mas sim pela reprodução de silenciamentos e pela produção da mesmidade. A partir desta chave, a obra desvela mecanismos de reprodução de poderes que, à primeira vista, não são questionados por militantes que entendem que a internet e, especialmente as redes sociais, são espaços neutros do ponto de vista do poder.

No capítulo 2, o campo discursivo no qual as batalhas morais se dão é sintetizado na categoria “politicamente correto”. “Politicamente correto”, categoria que percorre *posts* e *tweets* indignados à direita e à esquerda, sintetiza a batalha entre, de um lado, os “empreendedores de si” e, do outro, os “empreendedores morais” que colocaram um conjunto de práticas morais sob a alcunha de “ideologia de gênero” no centro do debate político. Seja à esquerda (como “o respeito e o tratamento justo de grupos historicamente subalternizados”) ou à direita (“uma imposição de minorias que expressam o anseio por privilégios” ou “censura ou ataque a valores que estes grupos à direita compartilham”), “politicamente correto” condensa uma percepção de que desigualdades e injustiças poderiam ser enfrentadas por meio de posturas e práticas individuais sem reflexões acerca do caráter estrutural dos temas tratados. Ora, se a mudança está na mão de cada um, faz todo sentido mobilizar práticas que, pelo exemplo, produzem constrangimento e impelem à retratação ou silenciamento daqueles que escapam ao correto proceder. Assim, o cancelamento e o escracho, à esquerda e à direita, são os instrumentos da luta política que inadvertidamente reforçam o individualismo neoliberal, mesmo daqueles que empenham a bandeira da justiça social e dignidade humana.

No capítulo 3, a atenção de Miskolci se volta para tais práticas da luta política típicas do individualismo neoliberal que tem as redes sociais como referência; escracho e cancelamento são práticas de censuras e perseguições que se dão nas relações face a face ou no ambiente virtual mobilizadas não apenas pelos “empreendedores morais”, postulados como inimigos da racionalidade, da justiça e da diversidade, mas também pelos “empreendedores de si”, grupo que levanta bandeiras progressistas como respeito à diferença, dignidade humana e democracia. A avaliação de Miskolci não deixa dúvidas com relação à sua posição crítica diante do ativismo identitário: “este segmento da política das diferenças alimenta a extrema-direita nas redes sociais ao mesmo tempo que dissemina anti-intelectualismo dentro do campo de estudos de gênero” (p. 49). O argumento de Miskolci é

que os grupos de empreendedores das políticas das diferenças recusam a perspectiva dos estudos de gênero e *queer* em favor da afirmação de identidades essencializadas. Um efeito desse movimento preocupa: a bandeira do feminismo de que o pessoal é político sofre um *rebranding* na versão neoliberal e o “político poder ser usado para fins individuais” (p. 48).

Nesse embate que fragiliza a universidade e a reflexão científica, Miskolci chama a atenção para o desconhecimento por parte de seus colegas pesquisadores que tornam secundária a “mediação formativa da ciência em favor de uma produção que vocaliza a própria identidade como transparente, uma forma de intelectualismo encampada em contextos acadêmicos e que espelha fenômeno similar *on-line*” (p. 51). Miskolci alerta para as graves consequências do anticientificismo: a pesquisa e a racionalidade são substituídas pela denúncia, ressentimento e ódio, o que contribui para a desqualificação das universidades e do ensino superior público. Esta tensão não é exatamente uma novidade nas ciências sociais que historicamente lidam com as disputas pelo sentido da análise da realidade, no entanto, a análise de Miskolci pode ser ampliada de modo a abarcar o descrédito com relação a ciência de maneira geral; lembro, por exemplo, da celeuma em torno do tratamento precoce da COVID-19 e o descrédito com relação a vacinas em um país que, historicamente, contou com um vigoroso programa nacional de vacinação. Assistimos estupefatos o ataque público à ciência e as mortes se multiplicando como efeito da irracionalidade do debate público. O livro permite vislumbrar o quão profunda é a crise que os mediadores sociais, com destaque para a ciência produzida nas universidades, têm enfrentando no império do individualismo neoliberal no qual o Eu é a referência do mundo. Da perspectiva de Miskolci, esse desastre se desenhava, no Brasil, desde 2010 e ainda há muito por vir.

No capítulo 4, Miskolci aprofunda as reflexões sobre a relação do cientista com movimentos sociais e a luta política de grupos subalternizados por meio da análise da gramática das políticas da diferença/ativismo identitário nas redes sociais. A partir do clássico “Pode o subalterno falar” de Gayatri Spivak, o autor trata da incorporação atabalhoada da noção de “local de fala” na esfera técnica-mediatizada e também trata de outras duas categorias que estão na ponta dos dedos dos “empreendedores de si” nas redes sociais: “experiência” pela mobilização das reflexões da historiadora Joan Scott e “cisgeneridade” a partir das reflexões de

Judith Butler e Berenice Bento. Miskolci demonstra como a mobilização descuidada destes conceitos, no contexto da esfera técnica-midiatizada, tem efeitos contrários aos declarados valores da democracia, da justiça social e da dignidade humana encampados pela militância política nas redes sociais. A análise refinada desenhada culmina na proposição de uma ética renovada do intelectual com relação à luta política: longe de supor a transparência do poder e do papel do intelectual, é preciso promover uma ética de comprometimento com os subalternizados que tenha como móvel o que a ciência pode oferecer: análise e pesquisa especializada, rigorosa e comprometida com os valores da modernidade.

A universidade e a escola são espaços nos quais as batalhas morais se dão, mas são também espaços nos quais a resistência pode ser inventada: é na universidade e na escola, com base na produção e circulação de conhecimento crítico, que práticas como escracho, cancelamento e censuras podem ser olhadas de forma crítica e possibilidades de elaboração de gramáticas de luta que tenha o diálogo e a diferença (e não a disputa nas micro-diferenças e a intolerância) como valores de referência podem ser desenhadas. É preciso recolocar a ciência, a racionalidade e o compromisso com o diálogo como referências no debate público e deixar de lado o registro da moral: a disputa entre o bem e o mal não constroem um campo discursivo marcado pelo compromisso com a compreensão da realidade. O livro de Richard Miskolci é um alerta que recupera o compromisso histórico e ético da ciência que tem sido questionado pela multiplicação de disputas que aumentam o volume do EU e diminuem o espaço de encontros e diálogos. O livro é uma aposta no que a universidade pode oferecer de melhor e chega em um momento no qual racionalidade e compromisso ético com a realidade são artigos escassos.

Referências

CARDON, D. **A democracia internet: promessas e limites**. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2012

LACLAU, Ernesto. **On Populist Reason**. London: Verso, 2017.

MISKOLCI, R. **Batalhas Morais. Política Identitária Na Esfera Pública Técnico-Midiatizada**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021, 112p.